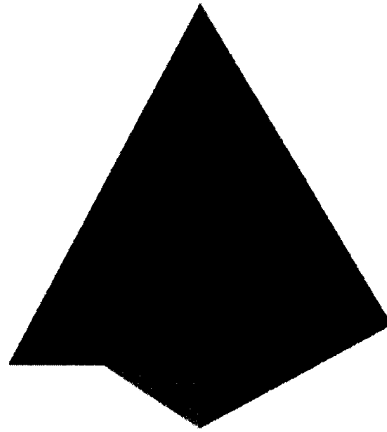




TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
VARA DO TRABALHO DE CATAGUASES – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
LUIZ OLYMPIO BRANDÃO VIDAL



TRT MG

TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Jurisdição: Cataguases, Além Paraíba, Argirita, Astolfo Dutra, Dona Eusébia, Estrela Dalva, Itamarati de Minas, Leopoldina, Mirai, Pirapetinga, Recreio, Santana de Cataguases, Santo Antônio do Aventureiro, São Sebastião da Vargem Alegre e Volta Grande.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 12-11-2018, p. 1/2.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h30min do dia dezoito de dezembro de 2018, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na Vara do Trabalho de Cataguases, situada na Alameda Francisco Peixoto Filho, nº 105, na forma do artigo 682, XI, da CLT combinado com o artigo 30, I, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Substituta, Dra. **Marisa Felisberto Pereira**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Sandra Rodrigues Lima Spindola; pelos servidores Antônio Carlos de Sousa Lessa, Beatriz Sousa de Jesus Ventura, Bruno da Rocha Hisse Marques, Cássio Pereira Furtado, Cláudia Farage da Costa, Cláudio Antunes Machado, Cláudio de Castro Oliveira, José Gabriel Couto de Viveiros Barbosa, Juliana Barbosa Machado, Maria de Fátima Pimentel Zulato, Renné Rocha Sena e Thiago Augusto Carvalhaes Fonseca; pelos estagiários Augusto José Sad Pereira Gomes e Diego Rodrigues Carneiro. Ausente o MM. Juiz Titular da Vara, Dr. **Luiz Olympio Brandão Vidal**, em razão de férias regulamentares. Ausentes os servidores Maria da Conceição Ribeiro Machado, em regime de teletrabalho, e Patrícia de Souza Campos, Luis Romero do Vale Pimentel, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.738 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 16-12-2018, apurando-se a média de 8,12 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 155 cartas precatórias até o dia 16-12-2018, das quais 118 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 299 cartas precatórias até o dia 16-12-2018, das quais 41 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 601 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 398 processos foram remetidos no presente ano, até o dia 16-12-2018.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 9 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 7 autos de processos físicos com carga, das quais 3 vencidas e cobradas.

1.7. CARGA PARA PERITOS – Não constam autos de processos físicos com carga. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 66, processos com perícia designada, e 175 processos pendentes de aprovação pela Secretaria da Vara.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 102 mandados expedidos em processos físicos e 1.425 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 11 pendentes de cumprimento em processos físicos e 43 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 4 autos de processos com carga para Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 2 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada. Dos processos examinados, verificou-se que todos estão aguardando decisão de outra ação.

1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015, de 37,48% em 2016 e de 38,88% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 38%.

1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 16-12-2018, existem 2 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2018 até 16-12-2018)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	176
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	118
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	0



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	1.449
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	31
Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	264

1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 2.490 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 2.083 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 395 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 12 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2018 até 16-12-2018.

No ano de 2017, até dia 18-4, havia 1.961 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 1.455 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 487 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 19 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016 e de 68,91% em 2017. A meta estabelecida para este indicador em 2018 é de 62%.

1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 16-12-2018, existem 49 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 18-12-2018 havia 14 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 1 processo;
- b) **procedimento ordinário:** 4 processos;
- c) **instrução:** 5 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de execução:** 3 processos;



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

e) tentativa de conciliação na fase de conhecimento: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011500/18, 0011421/18, 0011422/18, 0010953/17, 0011599/18, 0011799/18, 0011464/18, 0011420/18, 0011447/18 e 0010155/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0011421/18, 0011422/18, 0011420/18: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 3 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Exame dos autos dos processos do Pje 0011312/18, 0011311/18, 0011310/18, 0011309/18, 0011254/18, 0011556/18, 0011412/18, 0011815/18, 0011805/18, 0011804/18, 0011813/16, 0011670/16, 0010876/18, 0010874/18, 0011658/18, 0010237/18, 0010895/18, 0011080/18, 0010484/18, 0011258/18, 0011423/17, 0010234/18, 0011350/18, 0011324/17, 0011590/17, 0010774/18, 0011047/18, 0011146/17, 0011172/18, 0011281/18, 0011722/17, 0010871/17, 0011803/18, 0011173/18, 0011193/18, 0011495/18, 0011610/18, 0010399/18, 0011209/17, 0010591/18, 0011637/17, 0010105/18, 0010382/18, 0011013/18, 0011020/17, 0010103/18, 0010167/18, 0011484/17, 0011069/18, 0011142/17, 0010785/17, 0011050/16, 0010299/18, 0011567/18, 0011246/18, 0011609/18, 0011679/18, 0011021/18, 0010974/18, 0011178/18, 0011701/18, 0011616/18, 0010971/18, 0010412/18, 0011271/18, 0011533/16, 0010930/16, 0011468/16, 0011944/16, 0010848/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010876/18, 0010874/18, 0010971/18: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0011312/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 260ffb8 (mais de 30 dias);

- 0011311/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 866b53a (mais de 30 dias);

- 0011310/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 70f9daf (mais de 10 dias);

- 0011254/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 2502e99 (mais de 10 dias);



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

- 0011209/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 8f29552 (mais de 10 dias) e impulso oficial – Id 5b5b3ac (mais de 20 dias);
- 0011637/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id f2318f5 (mais de 30 dias);
- 0010105/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id bfd6c15 (mais de 30 dias) e despacho – Id 4705d45 (mais de 10 dias);
- 0011020/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id a0465c8 (mais de 10 dias) e despacho – Id 4efb526 (mais de 20 dias);
- 0010103/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 265513e (mais de 20 dias);
- 0011484/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id d46cca3 (mais de 10 dias);
- 0011142/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 86d4646 (mais de 20 dias), Id db8908e (mais de 20 dias), Id 432a484 (mais de 30 dias) e cumprimento – Ids 2d5b00c, 99ffc8 e 8f358b3 (mais de 30 dias);
- 0010785/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Ids c276827 e 1ff5d00 (mais de 10 dias) e Id 90b5a09;
- 0011050/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 39170b7 (mais de 10 dias), Id 33d6bc6 (mais de 10 dias) e despacho – Id 48d9602 (mais de 20 dias);
- 0011021/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id a76a75d (mais de 10 dias);
- 0011533/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id c42476a (sem movimentação há mais de 400 dias);
- 0010930/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 574c8f8 (sem movimentação há mais de 400 dias);
- 0011468/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 39a1c2b (sem movimentação há mais de 400 dias);
- 0011944/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 0fabe07 (sem movimentação há mais de 400 dias);



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

- 0010848/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 4ebd38f (mais de 400 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas na forma da Recomendação n. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018, referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular n. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis públicas em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 33 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	23	36	24
Procedimento Ordinário	67	72	55
Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	211	580	89

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta

	2016	2017	2018
Procedimento Sumaríssimo	13	13	29/01/2019 – 9 dias úteis
Procedimento Ordinário	83	21	29/01/2019 – 9 dias úteis
Instrução	110	50	11/03/2019 – 37 dias úteis

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2018 até 16-12-2018)

a) Conhecimento:

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	630	24,87



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	833	55,45
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	715	40,37
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	1.342	115,01
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	718	43,83
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	1.309	118,23

b) Fase de Liquidação (de 1º-1-2018 até 16-12-2018)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumaríssimo (item 90359)	199	95,74
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 371)	1	727
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumaríssimo (item 90371)	557	111,41

c) Fase de execução (de 1º-1-2018 até 16-12-2018)

(fonte: e-Gestão)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	177	1.737,80
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	90	408,27
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	23	1.196,73
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	24	298,5

No ano 2017, apurou-se que, em 220 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2017	Média/dia útil
Julgados procedente	99	0,45
Julgados procedente em parte	1.009	4,58
Julgados improcedentes	105	0,47
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total de Sentenças de conhecimento	1.213	5,51
Extintos sem resolução de mérito	52	0,23
Arquivamento	100	0,45
Desistência	68	0,30
Outras decisões sem resolução de mérito	22	0,1
Total sem resolução do mérito	242	1,1
Decisões de conhecimento	1.455	6,61
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	351	1,59
Decisões na fase de execução	106	0,48
Total	1.912	8,69

(fonte: e-Gestão)



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em novembro de 2018, com 19 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	4	0,21
Conciliação em execução	34	1,78
*Encerramento de instrução	9	0,43
Inicial	0	0
Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	3	0,15
Instrução	28	1,47
Instrução (rito sumaríssimo)	0	0
Una	51	2,68
Una (rito sumaríssimo)	43	2,26
Total	163	8,57

* Os Encerramentos de Instrução não são somados.

No mês de novembro de 2018, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 94 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 17 decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 47 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quarta-feira, a partir das 8 horas e/ou 12h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 20 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada que comparece nesta unidade organizacional de segunda-feira a quarta-feira.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 80 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –

Movimentação Anual de Processos		
	2016	2017
	1.946	1.884
Processos recebidos		
Média por dia útil	8,80	8,56
Processos remanescentes do ano anterior	386	668
Sentenças anuladas	34	20
Total de processos para solução	2.366	2.572
Processos solucionados	1.701	1.955
Processos conciliados	560	500
Produção	71,89%	76,01%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 3,18% em relação ao número de processos recebidos no ano 2016. Quanto à produção, verificou-se que em 2017 houve um aumento de 4,12%.

5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) – O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às Metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

Para melhoria no índice do MGD, na página da Gestão Estratégica, no endereço <https://portal.trt3.jus.br/internet/conheca-o-trt/gestao-estrategica/estatistica-2/mgd/definicao-do-mgd-1/portfolio.pdf>, é possível verificar as medidas



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

necessárias.

Perfil da Vara do Trabalho		Cataguases - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência		Ano 2017 01/01/2017 a 31/12/2017	1º trim 2018 01/04/2017 a 31/03/2018	2º trim 2018 01/07/2017 a 30/06/2018	3º trim 2018 01/10/2017 a 30/09/2018
Micro	1 – Antiguidade (dias corridos)	1529,95	1460,73	1464,67	1542,22
	2 – Pendentes (processos)	4.816	4.747	4.823	4.695
	3 – Prazo (dias corridos)	836,29	1107,31	980,25	903,94
	4 – Taxa de conciliação (%)	25,61	28,86	29,39	30,99
	5 – Taxa de solução (%)	103,77	104,80	111,89	118,69
	6 – TC Conhecimento (%)	31,63	26,39	24,35	16,47
	7 – TC Liquidação (%)	31,49	37,03	41,21	40,03
	8 – TC Execução (%)	81,92	77,10	77,75	79,96
	9 – TC Incidentes (%)	16,26	22,35	17,58	20,12
Meso	1 – Acervo	0,63	0,59	0,58	0,58
	2 – Celeridade	0,36	0,49	0,35	0,31
	3 – Produção	0,78	0,75	0,74	0,78
	4 – Represamento processual	0,54	0,50	0,51	0,47
Macro	Índice de Produtividade	0,78	0,80	0,73	0,67
	MGD	0,66	0,66	0,55	0,45
Posição MGD		110	110	100	89
Força de trabalho		0,85	0,81	0,79	0,78
Movimentação processual		1.501 a 2.000			

Fonte: Sistema e-Gestão (último trimestre atualizado em 17/10/18)



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.826.459,71	R\$322.063,02

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor, na Vara do Trabalho, as Portarias 03/2011, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; 01/2016, 1/2016, que proíbe prestar informação processual por telefone às partes assistidas por advogado, a advogados e a terceiros; 1/2017, que dispõe sobre a reunião de processos de execução contra o mesmo devedor e 1/2018, que regulamenta o envio de notificações com AR.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que em 19 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Administrativa nº 131, de 2017.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades, sendo uma cópia entregue à Secretária da Vara nesta data.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) cumprida pelo (a) magistrado (a) a determinação do artigo 19, II da Consolidação dos



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, para manter afixado na Secretaria da Vara as datas em que presta atendimento, bem assim aquelas em que se encontra fora da sede do juízo, mas no exercício de suas respectivas funções;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

3) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;

4) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2017:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 92% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2017, quando a Meta era “julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 112% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 112,47%.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 130,26%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 140,51%.

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2016, no 1º grau.

Em 2017, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-17, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-15”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 118,67% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,44%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 110,27%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,03%.

Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2017, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 52,46% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 86,79%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 34,85%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 43,71%.

Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 92% do total de casos novos de execução no período.

Em 2017, quando a Meta era “baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 67,36% de cumprimento da meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 102,38%

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 72,72%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,23%.

Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2018, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2015 no 1º grau.

Em 2017, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 100,34%

No ano de 2018, até o dia 31-10, o percentual alcançado foi de 102,04%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 97,25%.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo (TMDP1c): reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2016, em 5% até 2020 (2%).

Em 2017, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 137,27 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 170 dias. Esta unidade organizacional atingiu o percentual de 93,38% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta. O resultado deste Regional foi de 115,43%.

No ano de 2018, até o dia 31-10, o tempo médio alcançado foi de 93,39 dias, sendo o resultado para o mesmo período 215,7 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA**

A Correição Ordinária é encerrada às 11h30min do dia dezoito de dezembro de 2018, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior _____, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Substituta e pela Secretária da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Marisa Felisberto Pereira
Juíza do Trabalho Substituta

Sandra Rodrigues Lima Spindola
Secretária da Vara do Trabalho